

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: REFLEXÕES A PARTIR DA APOROFOBIA

IMPACTS OF CLIMATE CHANGE ON THE HOMELESS POPULATION: REFLECTIONS BASED ON APOROPHOBIA

Cláudia Michelly Sales de Paiva Tonacio[1]
Faculdade de Direito de Vitória – Vitória/ES, Brasil

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer[2]
Faculdade de Direito de Vitória – Vitória/ES, Brasil
elda@fdv.br

RESUMO: Analisa as intersecções entre mudanças climáticas, pobreza, vulnerabilidade social e população em situação de rua, sob a perceptiva da aporofobia — o preconceito contra os pobres. As mudanças climáticas tendem a afetar de maneira mais aguda as populações economicamente desfavorecidas, que dispõem de recursos limitados para lidar com as adversidades do ambiente urbano, tendo a rua como *habitat.* O problema de pesquisa é o questionamento acerca de como os impactos das mudanças climáticas, agravado pela, aporofobia (inclusive governamental) atingem as pessoas em situação de rua? A investigação parte da hipótese de que uma análise da aporofobia pode desvendar razões pelas quais as populações mais pobres enfrentam obstáculos ampliados na adaptação às mudanças climáticas. O objetivo é analisar a relação entre a aporofobia e a maior vulnerabilidade dessas populações aos efeitos climáticos adversos, considerando como o preconceito influencia na criação e destinação das políticas públicas na prevenção e mitigação das mudanças climáticas à população em situação de rua. A metodologia adotada inclui uma revisão sistemática da literatura pertinente a mudanças climáticas, pobreza e discriminação social e aporofobia, com o intuito de pesquisar como esses fatores se entrelaçam e afetam diversas comunidades, especialmente as que vivem em extrema pobreza, como aqueles em situação de rua. Os resultados apontam que a pobreza, exacerbada pela aporofobia, põe os indivíduos em um risco elevado durante eventos climáticos extremos. O estudo conclui que a aporofobia intensifica a

[1] Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Mestre em Direito Constitucional, na área de Direitos e Garantias Fundamentais pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da FDV, Professora do curso de Direito do Centro Universitário MULTIVIX, Advogada, Bacharela em Direito pela UFRN, pós-graduada em Direito Constitucional pela UFRN.

[2] Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UniRio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Coordenadora e Titular do Programa de Pós Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) Editora da Revista Direitos e Garantias Fundamentais (QUALIS A1).. Email: elda@fdv.br. Orcid: 0000-0003-4303-4211

vulnerabilidade das populações pobres às intempéries climáticas por aquelas não disporem do suficiente amparo governamental, nem de políticas públicas adequadas. Ressalta-se a necessidade de integrar considerações sociais e econômicas na avaliação dos impactos dos eventos da natureza a fim de reduzir as disparidades enfrentadas por esses grupos.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Pobreza extrema; Pessoa em situação de rua; Aporofobia.